



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta sexta-feira

O Supremo Tribunal Federal decidiu que suspeitos de tráfico de drogas têm direito à liberdade provisória, assim como qualquer outro cidadão que responde a processo criminal. Com a decisão, os ministros anularam parte da Lei de Drogas de 2006, que impedia a liberdade provisória nesses casos, contam os jornais **O Estado de S. Paulo**, **O Globo** e **Folha de S.Paulo**. A maioria dos ministros entendeu que a obrigatoriedade da prisão preventiva para suspeito de tráfico é ilegal porque viola o princípio da presunção de inocência, que considera todo cidadão inocente até decisão definitiva da Justiça. *Leia mais [aqui](#) na **Consultor Jurídico**.*

Comissão da Verdade

A presidente Dilma Rousseff anunciou os nomes das sete pessoas que vão integrar a Comissão da Verdade. Farão parte do grupo: José Carlos Dias (ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique), Gilson Dipp (ministro do STJ e do TSE), Rosa Maria Cardoso da Cunha (amiga e ex-advogada de Dilma), Cláudio Fonteles (ex-procurador-geral da República no governo Lula), Maria Rita Kehl (psicanalista), José Paulo Cavalcanti Filho (advogado e escritor), Paulo Sérgio Pinheiro (atual presidente da Comissão Internacional Independente de Investigação da ONU para a Síria). As informações estão nos jornais **Correio Braziliense**, **Estado de Minas**, **O Globo**, **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S.Paulo**.

Caso da Vale

De acordo com os jornais **DCI** e **Valor Econômico**, depois de obter liminar do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, para suspender uma cobrança de R\$ 30,6 bilhões em valores atualizados de Imposto de Renda (IR) e CSLL, a Vale terá que convencer os demais ministros da Corte de que seu caso é "excepcional", argumento derrubado recentemente pelo Superior Tribunal de Justiça. A discussão sobre a constitucionalidade da tributação dos lucros de controladas e coligadas no exterior está há anos na pauta do STF, mas só em abril o tema ganhou status de repercussão geral. *Leia mais [aqui](#) na **ConJur**.*

Número de vereadores

Reportagem do jornal **Folha de S.Paulo** conta que moradores do município de Cachoeira do Sul (RS) conseguiram na Justiça a realização de um referendo formal sobre a ampliação das vagas no Legislativo municipal. Os eleitores vão às urnas no próximo dia 20 para decidir se o município, de 84 mil habitantes, continua com os atuais dez vereadores ou se o número deve subir para 15. A iniciativa marca uma vitória da mobilização popular para evitar o inchaço das Câmaras pelo país.

Compra da Delta

Os jornais **Estado de Minas**, **Valor Econômico**, **Folha de S.Paulo** e **O Globo** informam que o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro pediu abertura de inquérito civil público para apurar possível irregularidades na venda da Delta Construções, investigada por fraudes e alvo da CPI do Cachoeira, ao grupo J&F Holding. Para o procurador regional da República Nívio de Freitas Silva Filho,



a participação de 31,4% do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na JBS S.A., principal empresa controlada pela holding, motivo para que o caso seja apurado “com urgência”. A empreiteira é suspeita de integrar o esquema do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Caso Celso Daniel

Como informam os jornais **Estado de Minas**, **O Globo** e **Folha de S.Paulo**, três réus foram condenados pela morte do prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel (PT), ocorrida em janeiro de 2002. Ivan Rodrigues da Silva (Monstro) foi condenado a 24 anos de prisão em regime fechado, enquanto José Edison da Silva recebeu a 20 anos e Rodolfo Rodrigo dos Santos (Bozinho), 18 anos de pena. Eles negam participação no assassinato. A decisão foi tomada em um júri no Fórum de Itapeverica da Serra (Grande São Paulo), que durou mais de nove horas.

Código Comercial

Depois de mais de 150 contribuições, a consulta pública do projeto para a elaboração de um novo Código Comercial será prorrogada até 30 de junho. O prazo inicial era até abril, mas a ampliação, segundo o Ministério da Justiça, se deu para aprofundar o debate e coletar mais informações. Depois da fase de consulta, os comentários serão compilados e enviados para a Câmara dos Deputados, que analisa, em comissão especial, o texto do Projeto de Lei 1.572, de 2011. A notícia está no jornal **DCI**.

Gurgel e pevaricação

Alvo de integrantes da CPI do Cachoeira, que querem convocá-lo a depor e dar explicações sobre suposta prevaricação nas investigações que revelaram as primeiras ramificações políticas do esquema criminoso comandado por Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi defendido por ministros do Supremo Tribunal Federal. Eles deixaram claro que o procurador-geral não deve ir à CPI para explicar por que não abriu, em 2009, durante a Operação Vegas, da Polícia Federal, um inquérito para investigar o envolvimento de políticos com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, informam os jornais **Estado de Minas** e **O Estado de S. Paulo**.

COLUNAS

Réus do mensalão

Da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**: “Um ministro do STF diz que, em caso de condenação, a definição das penas deve causar turbulentas discussões entre os magistrados. É que a definição do tamanho das penas ‘não tem delimitação matemática rigorosa’, obedecendo a critérios “objetivos, mas também subjetivos de cada um dos juízes do caso””.

Marido e mulher

Segundo o Blog do Fred, do jornal **Folha de S.Paulo**, a Associação Nacional dos Procuradores da República emitiu nota de apoio ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, à sua mulher, a subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques, e aos procuradores que participaram das operações Vegas e Monte Carlo. Segundo a entidade, “a atuação do MPF nas referidas Operações gerou a



instauração de quatro inquéritos no Supremo Tribunal Federal e o recebimento de denúncia pela Justiça Federal”. A nota destaca que os ataques veiculados “desconsideram que o procurador-geral da República lidera uma instituição chave na defesa da probidade na utilização dos recursos públicos”. A notícia também está no jornal **Valor Econômico** e **Estado de Minas**.

Date Created

11/05/2012